

LEGISLAÇÃO BÁSICA.....25

1. Direito Civil..... 26

1.1 Código Civil – Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.....26

OUTROS RAMOS 179

1. Direito tributário e financeiro..... 180

1.1 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – Decreto-Lei nº 57, de 18 de novembro de 1966..... 180

1.2 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – Lei nº 8.847, de 28 de janeiro de 1994..... 181

1.3 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (sobre o pagamento da dívida representada por TDA) – Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996..... 182

1.4 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (alíquota) - Decreto nº 84.685, de 6 de maio de 1980..... 185

1.5 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (regulamento) – Decreto nº 4.382, de 19 de setembro de 2002..... 189

1.6 Imposto sobre a renda (regulamento) – Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018..... 199

1.7 Imposto sobre a renda (incidência ganho de capital sobre alienação) – Lei nº 13.259, de 16 de março de 2016..... 200

1.8 Cadastro de Atividade Econômica da Pessoa Física (CAEPF) - Instrução normativa nº 1828, de 10 de setembro de 2018, da RFB..... 201

1.9 Arrendamento mercantil (tratamento tributário) – Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974..... 203

1.10 Tratamento tributário da empresa individual nas atividades imobiliárias – Decreto-Lei nº 1.381, de 23 de dezembro de 1974..... 205

1.11 Pessoas reguladas pelo COAF (expostas politicamente) – Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021..... 208

1.12 Pessoas reguladas pelo COAF (terrorismo e seu financiamento) – Resolução COAF nº 31, de 7 de junho de 2019..... 209

2. Seguridade Social 210

2.1 Lei Orgânica da Seguridade Social (excertos) - Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991..... 210

2.2 Situação, perante a Previdência Social, da construção residencial unifamiliar – Decreto-Lei nº 1.976, de 20 de dezembro de 1982..... 214

2.3 Prova de quitação para com a Previdência Social (dispensa) – Decreto-lei nº 1.958, de 9 de setembro de 1982..... 214

3. Direito Penal..... 215

3.1 “Lei antiterrorismo” - Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016..... 215

3.2 Crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores – Lei nº 9.613 de 3 de março de 1998..... 217

4. Direitos humanos e direitos fundamentais..... 222

4.1 Acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência (diretrizes) – Resolução nº 401, de 16 de junho de 2021, do CNJ..... 222

4.2 Mandado de Segurança - Lei 12.016, de 7 de agosto de 2009..... 227

ATIVIDADE NOTARIAL E REGISTRAL..... 231

1. As Leis Federais que regulamentam a Atividade 232

1.1 Lei dos Registros Públicos - Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973..... 232

1.2 Lei dos Notários e Registradores - Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994..... 267

1.3 Lei de Emolumentos dos Notários e Registradores - Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000..... 272

1.4 Dia Nacional do Notário e do Registrador - Lei nº 11.630, de 26 de dezembro de 2007..... 274

2. Ingresso e Remoção..... 274	4.1 Livros Diário Auxiliar, Visitas e Correições e Controle de Depósito Prévio - Provimento nº 45, de 13 de maio de 2015, da CNJ..... 294	5.8 Sistema de transmissão de dados para a prática de atos processuais – Lei nº 9.800, de 26 de maio de 1999..... 322	7. Prestação de Serviços..... 349
2.1 Concursos Públicos de Provas e Títulos – Resolução nº 81, de 09 de junho de 2009, do CNJ..... 274	4.2 Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados - Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991..... 296	5.9 Teletrabalho nas serventias extrajudiciais - Provimento nº 69, de 12 de junho de 2018, da CNJ..... 323	7.1 Lei da Desburocratização – Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018..... 349
2.2 Vacância dos Serviços Notariais e de Registros – Resolução nº 80, de 9 de junho de 2009, do CNJ..... 276	4.3 Microfilmagem de Documentos oficiais - Lei nº 5.433, de 08 de maio de 1968..... 297	5.10 Segurança, integridade e disponibilidade de dados (padrões mínimos) - Provimento nº 74, de 31 de julho de 2018, da CNJ..... 324	7.2 Mediação e autocomposição – Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015..... 350
2.3 Serventias extrajudiciais vagas (reestruturação periódica) – Orientação nº 7, de 7 de novembro de 2018, da CNJ..... 279	4.4 Microfilmagem de Documentos oficiais (Regulamento) - Decreto nº 1.799, de 30 de Janeiro de 1996..... 298	5.11 Documentos em meios eletromagnéticos (elaboração e arquivamento) – Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012..... 325	7.3 Conciliação e mediação nos serviços notariais e de registro – Provimento nº 67, de 26 de março de 2018, da CNJ..... 355
2.4 Designação de responsável interino – Provimento nº 77, de 07 de novembro de 2018, da CNJ..... 280	4.5 Restauração de livros extraviados ou danificados - Provimento nº 23, de 24 de outubro de 2012, da CNJ..... 300	5.12 Assinaturas eletrônicas em contratos de câmbio - Circular nº 3.829, de 9 de março de 2017, do BACEN..... 326	7.4 Instalação de centros judiciários de solução de conflitos e cidadania (CEJUSCs) – Recomendação nº 28, de 17 de agosto de 2018, do CNJ..... 359
2.5 Vedação de designação de interinos parentes de antigos delegatários - Recomendação nº 39, de 19 de junho de 2019, do CNJ..... 281	4.6 Conservação de documentos nos cartórios extrajudiciais – Provimento nº 50, de 28 de setembro de 2015, da CNJ..... 301	5.13 Assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos - Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020..... 326	7.5 Prestação de serviços mediante convênio - Provimento nº 66, de 25 de janeiro de 2018, da CNJ..... 359
2.6 Exercício simultâneo de mandato eletivo – Provimento nº 78, de 30 de abril de 2020, da CNJ..... 281	4.7 Arquivo de Segurança - Recomendação nº 9, de 7 de março de 2013, do Conselho Nacional de Justiça..... 301	5.14 Digitalização de documentos públicos ou privados – Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020..... 329	7.6 Atendimento prioritário – Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000..... 360
3. Qualificação..... 282	4.8 Arquivo de Segurança (Altera a Recomendação nº 09/2013) - Recomendação nº 11, de 16 de abril de 2013, do Conselho Nacional de Justiça..... 302	5.15 Plataforma de Cidadania Digital - Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016..... 330	7.7 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 – Provimento nº 85, de 19 de agosto de 2019, do CNJ..... 361
3.1 CPF, CNPJ e dados necessários à qualificação das partes – Provimento nº 61, de 17 de outubro de 2017, da CNJ..... 282	5. Informatização e Documentos digitais..... 303	6. Apostilamento e legalização de Documentos estrangeiros 331	8. Regulação e Fiscalização 362
3.2 Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) - Instrução Normativa nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, da RFB..... 283	5.1 Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (SERP) - Medida provisória nº 1.085, de 27 de dezembro de 2021..... 303	6.1 Convenção de Viena sobre Relações Consulares – Decreto nº 61.078, de 26 de julho de 1967..... 331	8.1 Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça – Resolução nº 67, de 3 de março de 2009, do CNJ..... 362
3.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional - Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014..... 288	5.2 Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil – Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001..... 311	6.2 Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros - Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016..... 342	8.2 Regulamento Geral da Corregedoria Nacional de Justiça – Portaria nº 211, de 10 de agosto de 2009, da CNJ..... 379
3.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (revogação) - Decreto nº 8.302, de 4 de setembro de 2014..... 290	5.3 Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) – Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007... 312	6.3 Apostilamento (uniformização dos procedimentos) – Resolução nº 228, de 22 de junho de 2016, do CNJ..... 344	8.3 Atos normativos expedidos pela CNJ – Provimento nº 41, de 6 de outubro de 2014, da CNJ..... 388
3.5 Declaração sobre Operações Imobiliárias em Terrenos da União (Doitu) (normas para envio) – Portaria SPU/ME nº 24.218, de 26 de novembro de 2020..... 291	5.4 Alimentação dos dados no Sistema “Justiça Aberta” - Provimento nº 24, de 23 de outubro de 2012, da CNJ..... 313	6.4 Apostilamento (uniformização dos procedimentos) - Provimento nº 62, de 11 de novembro de 2017, da CNJ..... 346	8.4 Política institucional de Metas Nacionais do Serviço Extrajudicial – Provimento nº 79, 8 de novembro de 2018..... 390
3.6 Identificação criminal do civilmente identificado- Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009..... 292	5.5 Documento Eletrônico de Transporte (DT-e) – Lei nº 14.206, de 27 de setembro de 2021..... 314	6.5 Atos notariais e de registro civil do serviço consular – Decreto nº 8.742, de 4 de maio de 2016..... 349	8.5 Contratação nos serviços extrajudiciais (Vedação ao “nepotismo”) – Resolução nº 20, de 29 de agosto de 2006, do CNJ..... 391
4. Livros e Arquivos..... 294	5.6 Malote Digital - Provimento nº 25, de 12 de novembro de 2012, da CNJ..... 319		8.6 Declaração sobre Operações Imobiliárias (instruções para preenchimento) – Instrução Normativa nº 1.112, de 28 de dezembro de 2010, da Secretaria da Receita Federal do Brasil..... 392
	5.7 Informatização do processo judicial – Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006..... 319		

8.7	Prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo - Provimento nº 88, de 1º de outubro de 2019, do CNJ..... 393	10.5	Funcionamento das unidades de registro de imóveis na quarentena - Provimento nº 94, de 28 de março de 2020, da CNJ. 409	2.2	Inventário, Partilha, Separação, Divórcio e Extinção da União Estável Consensuais (filhos ou herdeiros emancipados) – Recomendação nº 22, de 06 de junho de 2016, da Corregedoria Nacional de Justiça..... 423	5.3	Sistema e-Notariado e Matrícula Notarial Eletrônica (MNE) - Provimento nº 100, de 26 de maio de 2020..... 435
8.8	Fiscalização das obrigações impostas pelo Provimento n. 88/2019 - Provimento nº 108, de 03 de julho de 2020, da CNJ..... 400	10.6	Funcionamento dos serviços notariais e de registro durante o período de ESPIN - Provimento nº 95, de 1º de abril de 2020, da CNJ. 411	2.3	Atividades profissionais dos advogados em escrituras públicas de inventários, partilhas, separações e divórcios - Provimento nº 118, de 20 de junho de 2007, do CFOAB..... 424	TABELIONATO DE PROTESTO..... 443	
9. Custas e Emolumentos..... 401		10.7	Procedimentos de intimação nos tabelionatos de protesto visando a redução dos riscos de contaminação - Provimento nº 97, de 27 de abril de 2020, da CNJ. 412	3. Reconhecimento de firma e autenticações..... 424		1. Protesto em geral..... 444	
9.1	Custas e emolumentos (dever de afixar quadros com valores atualizados) – Lei nº 11.802, de 4 de novembro de 2008..... 401	10.8	Pagamento dos emolumentos por meios eletrônicos visando a redução dos riscos de contaminação - Provimento nº 98, de 27 de abril de 2020, da CNJ. 413	3.1	Autorização Eletrônica para Transferência de Propriedade de Veículo – ATPVe - Resolução nº 712, de 25 de outubro de 2017, do CONTRAN..... 424	1.1	Lei do Protesto – Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997..... 444
9.2	Recolhimento do valor da renda líquida excedente – Provimento nº 76, de 12 de setembro de 2018, do CNJ..... 401	10.9	Medidas preventivas a atos de violência patrimonial ou financeira contra pessoa idosa no período de ESPIN - Recomendação nº 46, de 23 de junho de 2020..... 414	3.2	Apresentação de documento para solicitação de serviços no âmbito da Secretaria da RFB - Portaria nº 2.860, de 25 de outubro de 2017, da Receita Federal do Brasil. 426	1.2	Cancelamento de Protesto de Títulos Cambiais - Lei nº 6.690, de 25 de setembro de 1979. 448
9.3	Renda mínima dos registradores de pessoas naturais – Provimento nº 81, de 6 de dezembro de 2018..... 402			4. Direitos e Deveres do Notário..... 427		1.3	Identificação do devedor em títulos cambiais - Lei nº 6.268, de 24 de novembro de 1975..... 448
9.3	4029.4.....Serviços prestados pelas centrais cartorárias (proibição de cobrança) - Provimento nº 107, de 24 de junho de 2020, da CNJ..... 402			4.1	Código de Ética e Disciplina Notarial - Colégio Notarial do Brasil..... 427	1.4	Quitação e renegociação de Dívidas protestadas (medidas de incentivo) - Provimento nº 72 de 27 de junho de 2018, da CNJ. 449
9.5	Atos relativos às solicitações feitas pela União. (isenção de custas e emolumentos) - Decreto-lei nº 1.537, de 13 de abril de 1977. 403	1. Forma e prova dos atos e negócios jurídicos.. 418		4.2	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) - Recomendação nº 3, de 15 de março de 2012, da CNJ. 429	1.5	Pagamento postergado de emolumentos devidos pelo protesto - Provimento nº 86, de 29 de agosto de 2019, da CNJ. 450
9.6	Plataforma do Sistema Integrado de Pagamentos Eletrônicos - SIPE - Provimento nº 127, de 9 de fevereiro de 2022, da CNJ. 404	1.1	Requisitos para Lavratura de Escritura Pública - Lei nº 7.433, de 18 de dezembro de 1985..... 418	4.3	Custas e Emolumentos da Justiça do Distrito Federal - Lei nº 8.522, de 11 de dezembro de 1992..... 429	1.6	Normas gerais de procedimentos para o protesto extrajudicial e implantação da CENPROT - Provimento nº 87, de 11 de setembro de 2019, da CNJ..... 452
10. Medidas de Prevenção (Pandemia COVID-19) 405		1.2	Requisitos para Lavratura de Escritura Pública (regulamento) - Decreto nº 93.240, de 9 de setembro de 1986..... 418	4.4	Emolumentos sobre os contratos de exploração de energia eólica - Provimento nº 60, de 10 de agosto de 2017, da Corregedoria Nacional de Justiça. 430	2. Cheques 454	
10.1	Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) - Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do MS/GM..... 405	1.3	Prova documental - Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983..... 419	5. Centrais eletrônicas 431		2.1	Lei Uniforme de Genebra sobre Cheques - Decreto nº 57.595, de 4 de janeiro de 1966... 454
10.2	Suspensão ou redução do atendimento presencial para redução dos riscos de contaminação - Provimento nº 91, de 22 de março de 2020, da CNJ. 406	1.4	Certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações - Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995..... 419	5.1	Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados – Provimento nº 18, de 28 de agosto de 2012, da Corregedoria Nacional de Justiça. 431	2.2	Lei do Cheque - Lei nº 7.357, de 2 de setembro de 1985..... 465
10.3	Medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo COVID-19 - Orientação nº 9, de 13 de março de 2020..... 407	1.5	Simplificação da exigências de documentos - Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979..... 419	5.2	Registro Central de Testamentos On-Line (RCTO) (obrigatoriedade de consulta para inventários extrajudiciais) - Provimento nº 56, de 14 de julho de 2016, da Corregedoria Nacional de Justiça. 434	2.3	Convenção Interamericana sobre Conflitos de Leis em Matéria de Cheques - Decreto nº 1.240, de 15 de setembro de 1994. 470
10.4	Envio eletrônico dos documentos para registros de nascimentos e de óbito no período de ESPIN - Provimento nº 93, de 26 de março de 2020, da CNJ. 407	2. Escrituras de Direito de Família e Sucessões .. 420				2.4	Motivos de devolução de cheques - Circular nº 3.535, de 16 de maio de 2011, do Banco Central do Brasil..... 472
		2.1	Inventário, Partilha, Separação, Divórcio e Extinção da União Estável Consensuais - Resolução nº 35, de 24 de abril de 2007, do CNJ..... 420			2.5	Recepção e Protesto de Cheques - Provimento nº 30, de 19 de abril de 2013, da CNJ..... 473

3.1	Lei das Duplicatas - Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968.....	475	5.8	Cédula de Produto Rural (lei modificadora) – Lei nº 10.200, de 14 de fevereiro de 2001.....	550	1.2	Unidades Interligadas (“Registro na Maternidade”) – Provimento nº 13, de 03 de setembro de 2010, da Corregedoria Nacional de Justiça.....	595	3.3	Investigação de Paternidade - Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992.....	617	
3.2	Duplicata sob a forma escritural – Lei nº 13.775, de 20 de dezembro de 2018.....	478	5.9	Títulos da dívida agrária - Decreto nº 578, de 24 de junho de 1992.....	551	1.3	Unidades Interligadas (Alteração do Provimento nº 13) – Provimento nº 17, de 10 de agosto de 2012, da Corregedoria Nacional de Justiça... ..	599	3.4	Averiguação oficiosa (Alunos sem Paternidade) – Provimento nº 12, de 6 de agosto de 2010, da CNJ.....	618	
3.3	Letra de Câmbio e Nota Promissória - Decreto nº 2.044, de 31 de dezembro de 1908.....	479	5.10	Certificado de Depósito Agropecuário e outros títulos – Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004.....	552	1.4	Erradicação do Sub-registro - Decreto nº 10.063, de 14 de outubro de 2019.....	599	3.5	Averiguação oficiosa (Indicação de Suposto pai) – Provimento nº 16, de 17 de fevereiro de 2012, da CNJ.....	619	
3.4	Lei Uniforme de Genebra sobre Letras de Câmbio e Notas Promissórias - Decreto nº 57.663, de 24 de janeiro de 1966.....	484	5.11	Títulos de Crédito à Exportação - Lei nº 6.313, de 16 de dezembro de 1975.....	559	1.5	Registro Tardio de Nascimento - Provimento nº 28, de 5 de fevereiro de 2013, da CNJ.....	602	3.6	Averiguação oficiosa (“Projeto Pai Presente”) - Provimento nº 26, de 12 de dezembro de 2012, da Corregedoria Nacional da Justiça.....	621	
4.	Certidões da Dívida ativa.....	495	5.12	Títulos de Crédito Industrial - Decreto-Lei nº 413, de 9 de janeiro de 1969.....	559	1.6	Lavratura de registros de nascimento e passaportes (procedimento prévio) – Recomendação nº 43, de 30 de outubro de 2019, do CNJ.....	605	3.7	Reprodução assistida (normas éticas) - Resolução nº 2.294, de 27 de maio de 2021, do CFM.....	622	
4.1	Cobrança Judicial de Dívida Ativa da Fazenda Pública – Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980.....	496	5.13	Títulos de Crédito Comercial - Lei nº 6.840, de 3 de novembro de 1980.....	564	1.7	Incentivo ao Registro Civil de Nascimento - Portaria nº 938, de 20 de maio de 2002 do GM/MS.....	605	3.8	Paternidade socioafetiva, reprodução assistida e modelos únicos de certidões do registro civil – Provimento nº 63, de 14 de novembro de 2017, da CNJ.....	625	
4.2	Protesto das CDAs no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Resolução nº 498, de 2 de dezembro de 2015, do Cofen.....	499	5.14	Letra de Arrendamento Mercantil (LAM) - Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008.....	564	1.8	Registro de Nascimento nos casos de DNV e DO com sexo “ignorado” - Provimento nº 122, de 13 de agosto de 2021, da CNJ.....	606	3.9	Paternidade Socioafetiva (alteração do Provimento n. 63/2017) - Provimento nº 83, de 14 de agosto de 2019, do CNJ.....	628	
4.3	Protesto Extrajudicial das CDAs – Portaria Interministerial AGU/BACEN nº 1, de 23 de agosto de 2013.....	500	5.15	Letras Hipotecárias (condições para emissão) – Lei nº 7.684, de 2 de dezembro de 1988.....	566	2.	Criança, Adolescente e Idoso.....	607	4.	Guarda e Adoção.....	629	
4.4	Protesto extrajudicial de CDAs da União ou do FGTS - Portaria nº 429, de 04 de junho de 2014, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional..	501	5.16	Associações de Poupança e Empréstimo, e Cédula Hipotecária - Decreto-Lei nº 70, de 21 de novembro de 1966.....	566	2.1	Autorização de Viagens para o exterior de Crianças e adolescentes - Resolução nº 131, de 26 de maio de 2011, do CNJ.....	607	4.1	Guarda e Família Substituta – Recomendação nº 8, de 7 de novembro de 2012, da CNJ.....	629	
4.5	Parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional - Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013.....	501	5.17	Patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, letra de crédito imobiliário, cédula de crédito imobiliário e cédula de crédito bancário - Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004.....	571	2.2	Autorização de viagem nacional para crianças e adolescentes - Resolução nº 295, de 13 de setembro de 2019, do CNJ.....	608	4.2	Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) - Resolução nº 289, de 14 de agosto de 2019, do CNJ.....	629	
5.	Cédulas, Letras e outros títulos.....	506	5.18	Títulos emitidos por Empresas de Armazéns Gerais - Decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1903.....	583	2.3	Autorização Eletrônica de Viagem nacional e internacional de crianças e adolescentes - Provimento nº 103, de 4 de junho de 2020, da CNJ.....	609	4.3	Emancipação por outorga do pai ou da mãe (Registro) - Lei nº 2.375, de 21 de dezembro de 1954.....	632	
5.1	Penhor Rural e Cédula Pignoratícia - Lei nº 492, de 30 de agosto de 1937.....	506.2	5.19	Penhor Agrícola - Decreto-Lei nº 1.003, de 29 de dezembro de 1938.....	589	2.4	Medidas preventivas violência patrimonial ou financeira contra pessoa idosa - Recomendação nº 47, de 12 de março de 2021, da CNJ.....	610	5.	Identificação da pessoa natural.....	632	
5.3	Crédito Rural (regulamento) – Decreto nº 58.380, de 10 de maio de 1966.....	514	5.20	Penhor de Produtos Agrícolas - Lei nº 2.666 de 06 de dezembro de 1955.....	590	3.	Maternidade e Paternidade.....	611	5.1	Identificação Civil Nacional - Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017.....	632	
5.4	Crédito Rural - Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995.....	519	REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS.....			593	3.1	Planejamento Familiar - Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996.....	611.3.2	5.2	Registro de Identidade Civil - Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997.....	633
5.5	Crédito Rural - Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.....	522	1.	Nascimento.....	594	3.1	Organização e proteção da família - Decreto-Lei nº 3.200, de 19 de abril de 1941.....	613	5.3	Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil - Decreto nº 7.166, de 5 de maio de 2010.....	634	
5.6	Títulos de crédito rural - Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967.....	541	1.1	Declaração de Nascido Vivo (DNV) – Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012.....	594	2.	Maternidade e Paternidade.....	611	5.4	Carteira de Identidade – Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983.....	635	

5.5	Carteira de Identidade (Regulamento) - Decreto nº 9.278, de 5 de fevereiro de 2018.....	636
5.6	Envio de dados registrais das pessoas em estado de vulnerabilidade socioeconômica para emissão de RG - Provimento nº 104, de 9 de junho de 2020, da CNJ.....	639
5.7	Nome social e identidade de gênero - Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016.....	640
5.8	Uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais - Resolução nº 270, de 11 de dezembro de 2018, do CNJ.....	640
5.9	Lei de proteção a vítimas e a testemunhas - Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999.....	641
5.10	Documentação e identificação civil das pessoas privadas de liberdade - Resolução nº 306, de 17 de dezembro de 2019, do CNJ.....	644
6.	Casamento (habilitação, celebração e dissolução).....	645
6.1	Convenção sobre Consentimento para Casamento - Decreto nº 66.605, de 20 de maio de 1970.....	645
6.2	Efeitos civis do Casamento religioso - Lei nº 1.110, de 23 de maio de 1950.....	646
6.3	Casamento entre pessoas do mesmo sexo - Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013, do CNJ.....	647
6.4	Casamento de diplomata com pessoa estrangeira - Lei nº 1.542, de 5 de janeiro de 1952.....	647
6.5	Exame médico na habilitação de casamento entre colaterais de terceiro grau - Lei nº 5.891, de 12 de junho de 1973.....	648
6.6	Dissolução da Sociedade Conjugal e do Casamento ("Lei do Divórcio") - Lei nº 6.515 de 26 de dezembro de 1977.....	648
6.7	Divórcio ou separação judicial (averbação carta de sentença estrangeira) - Provimento nº 51, de 22 de setembro de 2015, da CNJ.....	652
6.8	Divórcio consensual simples (averbação sentença estrangeira) - Provimento nº 53, de 16 de maio de 2016, da CNJ.....	652
7.	Morte e ausência.....	653
7.1	Declaração de Óbito - Lei nº 11.976, de 7 de julho de 2009.....	653
	6537.2.....Declaração de Óbito do Ministério da Saúde - coluna "CID" - Orientação nº 4, de 25 de junho de 2013, da CNJ.....	653
7.3	Expedição de Certidão de óbito nos estabelecimentos de saúde - Recomendação nº 18, de 2 de março de 2015, da CNJ.....	654
7.4	Doação e Transplante de órgãos - Lei nº 9.434, de 04 de fevereiro de 1997.....	654
7.5	Utilização de cadáver para pesquisa - Lei nº 8.501, de 30 de novembro de 1992.....	656
7.6	Banco de Dados de óbitos de pessoas não identificadas - Recomendação nº 19, de 25 de março de 2015, da Corregedoria Nacional da Justiça.....	657
7.7	Lei da Anistia - Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.....	657
7.8	Desaparecidos Políticos - Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995.....	658
7.9	Morte presumida de servidor público - Decreto-lei nº 5.782, de 30 de agosto de 1943.....	660
7.10	Morte presumida de militar da Aeronáutica - Decreto-lei nº 6.239 de 3 de fevereiro de 1944.....	660
7.11	Comunicação de registro de óbitos - Portaria Conjunta nº 1.735, de 15 de dezembro de 2015, da RFB/MPS/INSS.....	661
7.12	Diretivas antecipadas de vontade dos pacientes - Resolução nº 1.995, de 9 de agosto de 2012, do CFM.....	661
8.	União estável.....	662
8.1	União Estável - Lei nº 9.278, de 10 de maio de 1996.....	662
8.2	Alimentos e Sucessão dos Companheiros - Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994.....	663
8.3	Registro de União Estável - Provimento nº 37, de 7 de julho de 2014, da CNJ.....	663
9.	Registro do Índio.....	664
9.1	Estatuto do Índio - Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.....	664
9.2	Assento de nascimento do Indígena - Resolução Conjunta nº 03, de 19 de abril de 2012 do CNJ/ CNMP.....	669
10.	Registro do Estrangeiro.....	670
10.1	Filhos nascidos no Brasil de pais a serviço do seu país - Recomendação nº 23, de 28 de junho de 2016, da CNJ.....	670
10.2	Solicitação de naturalização, de igualdade de direitos, de perda, de reaquisição de nacionalidade brasileira - Portaria interinstitucional nº 11, de 03 de maio de 2018, do MJ/MESP.....	671
10.3	Naturalização especial (procedimentos) - Portaria Interministerial nº 8, de 8 de outubro de 2019, dos Ministérios da Justiça e das Relações Exteriores.....	674
11.	Certidões e traslados.....	676
11.1	Certidões de Nascimento, Casamento e Óbito - Decreto nº 7.231, de 14 de julho de 2010.....	676
11.2	Certidões em papel de Segurança - Provimento nº 14, de 29 de abril de 2011, da CNJ.....	676
11.3	Obrigatoriedade do Uso de Papel de Segurança - Provimento nº 15, de 15 de dezembro de 2011, da CNJ.....	677
11.4	Papel Segurança Unificado - Recomendação nº 6, de 2 de julho de 2012, da CNJ.....	678
11.5	Traslado de certidões de registro civil de pessoas naturais emitidas no exterior - Resolução nº 155, de 16 de julho de 2012, do CNJ.....	678
12.	Averbações e Retificações.....	681
12.1	Alteração do prenome e do gênero (averbação) - Provimento nº 73, de 28 de junho de 2018, da CNJ.....	681
12.2	Averbação da alteração do nome do genitor - Provimento nº 82, de 3 de julho de 2019, do CNJ.....	682
12.3	Rito sumaríssimo para Retificações - Lei nº 3.764, de 25 de abril de 1960.....	683
13.	Gratuidade.....	684
13.1	Gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania - Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996.....	684
13.2	Gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania - Lei nº 9.534, de 10 de dezembro de 1997.....	684
13.3	Registro Tardio de Nascimento (Isenção multa) - Lei nº 765, de 14 de julho de 1949.....	685
13.4	Registro Tardio de Nascimento (Gratuidade) - Lei nº 9.465, de 7 de julho de 1997.....	685
14.	Centrais eletrônicas.....	685
14.1	Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc) - Decreto nº 9.929, de 22 de julho de 2019.....	685
14.2	Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais - CRC - Provimento nº 46 de 16 de junho de 2015, da CNJ.....	687
14.3	Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (procedimentos para envio de dados) - Resolução nº 1, de 9 de julho de 2015, do CGSIRC.....	690
14.4	Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (compartilhamento de dados) - Resolução nº 04, de 28 de maio de 2019, do CGSIRC.....	690
14.5	Sistema Nacional de Informações de Registro Civil prazos e informações prestadas) - Recomendação nº 40, de 2 de julho de 2019, do CNJ.....	693
14.6	Sistemas de Informações sobre óbitos e nascidos vivos - Portaria nº 116, de 11 de fevereiro de 2009, do MS/SVS.....	694

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS 703

1. Associações e fundações 704

1.1	Associações de moradores (gratuidade dos atos de registro necessários à adaptação estatutária ao CC/02) - Lei nº 12.879, de 05 de novembro de 2013.....	704
1.2	Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES) – Lei nº 12.881, de 12 novembro de 2013.....	704
2.	Partidos Políticos e Entes Religiosos	706
2.1	Partidos Políticos (criação, organização, fusão, incorporação e extinção) – Resolução nº 23.571, de 29 de maio de 2018, do TSE.....	706
2.2	Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil - Decreto nº 7.107, de 11 de fevereiro de 2010.....	718
3.	Outras Pessoas jurídicas	720
3.1	Sociedades unipessoais de advocacia – Provimento nº 170, de 24 de fevereiro de 2016, do CFOAB.....	720
3.2	Empresas juniores – Lei nº 13.267, de 06 de abril de 2016.....	722
4.	Registro e Cadastros de Pessoas Jurídicas	723
4.1	Registro civil das pessoas jurídicas – Decreto-Lei nº 9.085, de 25 de março de 1946.....	723
4.2	Cadastro Geral de Pessoas Jurídicas no Ministério da Fazenda – Lei nº 4.503, de 30 de novembro de 1964.....	724
4.3	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) - Instrução normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018, da RFB.....	726
4.4	Sistema de registro eletrônico de títulos e documentos e civil de pessoas jurídicas (SRTDPJ) - Provimento nº 48, de 16 de março de 2016, da CNJ.....	739
REGISTRO DE IMÓVEIS		743
1.	Imóvel Rural	744
1.1	“Lei do Agro” - Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020.....	744
1.2	Contratos agrários (regulamento) - Decreto nº 59.566, de 14 de novembro de 1966.....	757
1.3	Matrícula e Registro de Imóveis Rurais - Lei nº 6.739, de 5 de dezembro de 1979.....	766
1.4	Memorial descritivo de imóveis rurais (procedimento de certificação da poligonal) - Instrução Normativa nº 77 de 23 de agosto de 2013, do INCRA.....	767
1.5	Identificação do imóvel rural objeto de ação judicial (situações e prazos) – Decreto nº 5.570, de 31 de outubro de 2005.....	769
1.6	Desmembramento do Imóvel Rural - Decreto nº 62.504, de 8 de abril de 1968.....	770
1.7	Troca de Informações entre o INCRA e os Serviços de Registro de Imóveis – Instrução Normativa nº 26, de 28 de novembro de 2005, do INCRA.....	771
1.8	Dispensa da anuência dos confrontantes - Recomendação nº 41, de 2 de julho de 2019, da CNJ.....	771
2.	Reforma agrária e colonização	772
2.1	Reforma Agrária - Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.....	772
2.2	Programa Nacional de Reforma Agrária (famílias beneficiárias) – Decreto nº 9.311, de 15 de março de 2018.....	779
2.3	Programa Nacional de Reforma Agrária (concessão de créditos de instalação de projetos de assentamento) – Decreto nº 9.424, de 26 de junho de 2018.....	786
2.4	Aquisição de Imóveis Rurais para fins de reforma agrária - Decreto nº 433, de 24 de janeiro de 1992.....	790
2.5	Fundo de Terras e da Reforma Agrária (Banco da Terra) – Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998.....	792
2.6	Liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária - Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014.....	793
2.7	Colonização e Acesso à Propriedade Rural – Decreto nº 59.428, de 30 de dezembro de 1966.....	799
2.8	Imóveis rurais para fins de assentamento de trabalhadores rurais (diretrizes para obtenção) – Instrução Normativa nº 83, de 30 de julho de 2015, do INCRA.....	809
2.9	Obtenção de imóveis rurais para fins de reforma agrária (procedimento) - Portaria nº 243, 08 de julho de 2015, do MDA.....	816
3.	Usucapião, Posse e Ocupação.....	818
3.1	Usucapião Especial – Lei nº 6.969, de 10 dezembro de 1981.....	818
3.2	Usucapião extrajudicial (procedimento) – Provimento nº 65, de 14 de dezembro de 2017, da Corregedoria Nacional de Justiça.....	819
3.3	Usucapião extrajudicial (Representação da União) - Portaria Conjunta nº 1, de 15 de fevereiro de 2017, da AGU/SPU.....	824
3.4	Regularização de Posse – Lei nº 2.185, de 11 de fevereiro de 1954.....	825
3.5	Imissão na Posse em imóveis residenciais urbanos – Decreto-Lei nº 1.075, de 22 de janeiro de 1970.....	825
	8253.6Ocupação Provisória de Imóveis sujeitos a pesquisa e lavra – Decreto-Lei nº 1.865, de 26 de fevereiro de 1981.....	825
4.	Desapropriação e expropriação	826
4.1	Desapropriação por Interesse Social – Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962.....	826
4.2	Desapropriações por utilidade pública - Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.....	827
4.3	Desapropriação por Utilidade Pública - Lei nº 6.602, de 07 de dezembro de 1978.....	831
4.4	Desapropriações no Nordeste (liquidação) – Lei nº 4.519, de 2 de dezembro de 1964.....	831
4.5	Procedimento do Contraditório para Desapropriação – Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993.....	833
4.6	Expropriação de glebas usadas para culturas ilegais de plantas psicotrópicas – Lei nº 8.257, de 26 de novembro de 1991.....	835
4.7	Expropriação de glebas usadas para culturas ilegais de plantas psicotrópicas (regulamento) – Decreto nº 577, de 24 de junho de 1992.....	835
4.8	Transferência onerosa de imóveis rurais perdidos (procedimento) – Portaria Interministerial nº 01, de 3 de maio de 2016, do MJ/MDA.....	836
5.	Imóveis Públicos.....	837
5.1	Bens Imóveis da União – Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946.....	837
5.2	Bens Imóveis da União (regularização, administração, aforamento e alienação) – Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998.....	853
5.3	Bens Imóveis da União (regularização, administração, aforamento e alienação) (regulamento) - Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001.....	869
5.4	Bens Imóveis da União (administração, alienação, transferência de gestão e constituição de fundos) – Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015.....	872
5.5	Alienação de Imóveis da União e da Administração Federal Indireta - Lei nº 6.987, de 13 de abril de 1982.....	877
5.6	Alienação de Bens Imóveis residenciais da União - Lei nº 8.025, de 12 de abril de 1990.....	878
	Gestão e alienação dos imóveis da União - Lei nº 14.011, de 10 de junho de 2020.....	880
5.8	Transferência de terras da União aos Estados ou Territórios – Decreto nº 95.956, de 22 de abril de 1988.....	885
5.9	Transferência de Terras Públicas - Decreto nº 96.084, de 23 de maio de 1988.....	885
5.10	Registro de Bens Imóveis da União - Lei nº 5.972, de 11 de dezembro de 1973.....	886
5.11	Foros, Laudêmios e Taxas de ocupação de imóveis da União – Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987.....	887
5.12	Foros, Laudêmios e Taxas de ocupação de imóveis da União (regulamento) - Decreto nº 95.760, de 1º de março de 1988.....	889

5.13	Foros, Laudêmos e Taxas de ocupação de imóveis da União (regulamento) – Decreto nº 9.354, de 25 de abril de 2018. 890	6.3	Transferência de domínio útil dos terrenos da marinha (Isenção de laudêmio) – Decreto-Lei nº 1.850, de 15 de janeiro de 1981. 908	9.3	Demarcação de terras quilombolas (procedimentos) – Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003..... 934	11.	Legislação Urbanística 997
5.14	Foros e laudêmos (dispensa aos titulares do domínio útil dos imóveis da União) – Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981. 891	6.4	Faixa de Fronteira – Lei nº 6.634, de maio de 1979..... 908	9.4	Demarcação de terras quilombolas (procedimentos) – Instrução Normativa nº 57, de 20 de outubro de 2009, do INCRA..... 936	11.1	Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001..... 997
5.15	Valor do domínio pleno do terreno (limites reajuste das receitas decorrentes da atualização da planta de valores) – Lei nº 13.347, de 10 de outubro de 2016. 891	6.5	Faixa de Fronteira (regulamento) – Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980..... 909	9.5	Licenciamento ambiental em terras quilombolas – Instrução Normativa nº 111, de 22 de dezembro de 2021, do INCRA. 941	11.2	Estatuto da Metrópole – Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015..... 1005
5.16	Parcelamento e a remissão de dívidas patrimoniais com a União – Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015..... 892	6.6	Ratificação de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira – Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015. 913	10.	Legislação Ambiental 945	11.3	Parcelamento do Solo Urbano – Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979..... 1008
5.17	Terras Públicas – Decreto nº 2.375, de 24 de novembro de 1987..... 895	7.	Estradas de Ferro 914	10.1	Gestão de Florestas Públicas (Regulamento) – Decreto nº 6.063, de 20 de março de 2007..... 945	11.4	Loteamento e Venda de Terrenos para pagamento em prestações – Decreto-Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937..... 1017
5.18	Gleba Pública Federal na Amazônia Legal (averbação de descrição georreferenciada) - Orientação nº 5, de 4 de novembro de 2013, da Corregedoria Nacional de Justiça..... 896	7.1	Revitalização do Setor Ferroviário - Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007..... 914	10.2	Reservas Particulares do Patrimônio Natural - Decreto nº 1.922, de 5 de junho de 1996..... 951	11.5	Loteamento e Venda de Terrenos para pagamento em prestações (regulamento) – Decreto nº 3.079, de 15 de setembro de 1938..... 1021
5.19	Imóveis residenciais do INCRA no âmbito da Amazônia Legal (procedimento para venda direta) – Instrução normativa nº 91, de 3 de outubro de 2018, do INCRA..... 897	7.2	Registro de alienações de Estradas de Ferro – Decreto-Lei nº 3.109, de 12 de março de 1941..... 919	10.3	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (regulamento) – Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. 952	11.6	Loteamento Urbano, concessão de uso e espaço aéreo – Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967..... 1025
5.20	Amazônia Legal (Registro e Averbação de Descrição de Área) - Provimento nº 33, de 3 de julho de 2013, da Corregedoria Nacional de Justiça. 899	8.	Aquisição de Imóvel por Estrangeiro 919	10.4	Cota de Reserva Ambiental (CRA) - Decreto nº 9.640, de 27 de dezembro de 2018. 955	11.7	Condomínio e Incorporações - Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964..... 1026
5.21	Concessão de uso especial para fins de moradia – Medida Provisória nº 2.220, de 04 de setembro de 2001..... 9005.22	8.1	Aquisição de Imóvel Rural por Estrangeiro – Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971. 919	10.5	Código de Águas - Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934..... 959	11.8	Patrimônio de Afetação – Incorporação Imobiliária - Lei nº 12.024, de 27 de agosto de 2009..... 1042
5.22	Reversão de imóveis rurais na Amazônia Legal à União (procedimento) - Portaria nº 327, de 11 de setembro de 2015, do MDA. 902	8.2	Aquisição de Imóvel Rural por Estrangeiro (regulamento) – Decreto nº 74.965, de 26 de novembro de 1974..... 921	10.6	Bioma Mata Atlântica (utilização e proteção) – Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. ... 973	11.9	Locação de Imóveis Urbanos - Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991..... 1046
5.23	Demolição de imóveis da União – Instrução Normativa nº 208, de 29 de outubro de 2019, do ME/SPU..... 903	8.3	Arrendamento de imóvel rural por estrangeiro – Provimento nº 43, de 17 de abril de 2015, da CNJ. 923	10.7	Bioma Mata Atlântica (utilização e proteção - regulamento) – Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008..... 978	11.10	Compromisso de compra e venda sem cláusula de arrependimento (inadimplemento) – Decreto-Lei nº 745, de 7 de agosto de 1969..... 1055
6.	Terras devolutas e faixas de fronteira 905	8.4	Aquisição e arrendamento de imóvel rural por estrangeiro – Instrução Normativa nº 88, de 13 de dezembro de 2017, do INCRA..... 924	10.8	Proteção do patrimônio histórico e artístico nacional - Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937..... 986	11.11	Arrendamento Residencial com opção de compra – Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001..... 1055
6.1	Discriminação de Terras Devolutas - Lei nº 6.383, de 7 de dezembro de 1976..... 905	8.5	Aquisição de imóveis para residência de agentes diplomáticos - Lei nº 4.331, de 1º de junho de 1964..... 931	10.9	Amazônia Legal (Registro e Averbação de Descrição de Área) - Provimento nº 33, de 3 de julho de 2013, da CNJ..... 988	12.	Regularização Fundiária e financiamento imobiliário 1058
6.2	Terras devolutas do Império – Decreto-Lei nº 1.850, de 15 de janeiro de 1981. 907	9.	Terras Indígenas e quilombolas 931	10.10	Compensação de Reserva Legal (Unidades de Conservação Federais) - Instrução Normativa nº 5, de 19 de maio de 2016, do Instituto Chico Mendes..... 989	12.1	Regularização fundiária rural e urbana – Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017..... 1058
		9.1	Demarcação de Terras Indígenas (procedimento administrativo) – Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996..... 931	10.11	Regularização Ambiental e Programa Mais Ambiente Brasil – Decreto nº 8.235, de 5 de maio de 2014..... 993	12.2	Regularização Fundiária urbana e alienação de bens da União – Decreto nº 9.310, de 15 de março de 2018. Registro da regularização fundiária urbana – Provimento nº 44, de 18 de março de 2015, da Corregedoria Nacional de Justiça..... 1104
		9.2	Demarcação de Terras Indígenas (abertura de matrícula e averbação) - Provimento nº 70 de 12 de junho de 2018, da CNJ. 932	10.12	Monumentos arqueológicos e pré-históricos - Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961..... 995		

12.4	Lei do Programa Minha Casa Minha Vida – Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009..... 1108	13.6	Fundação Habitacional do Exército - Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980..... 1184	15.1	Sistema Nacional de Cadastro Rural – Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972. 1229	16.4	Receita do fundo para implementação e custeio do SREI - Provimento nº 115, de 24 de março de 2021..... 1264
12.5	Programa Minha Casa, Minha Vida (regulamento) - Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011..... 1119	13.8	Planos de Reajustamento e saldos devedores nos contratos do SFH - Lei nº 8.004, de 14 de março de 1990.1187	15.2	Sistema Nacional de Cadastro Rural (regulamento) – Decreto nº 72.106, de 18 de abril de 1973..... 1231	16.5	Universalização do acesso ao Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI) (prazo) - Provimento nº 124, de 7 de dezembro de 2021, da CNJ. 1265
12.6	Regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal – Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009..... 1123	13.9	Programa de Subsídio à Habitação - Lei nº 10.998, de 15 de dezembro de 2004. 1192	15.3	Sistema de Cadastro Ambiental Rural - Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012..... 1236	16.6	Central Nacional de Indisponibilidade (CNIB) – Provimento nº 39, de 25 de julho de 2014, da CNJ. 1266
12.7	Regularização fundiária rural (regulamento) – Decreto nº 10.592, de 24 de dezembro de 2020. 1130	13.10	Fundo de Investimento Imobiliário - Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993..... 1193	15.4	Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR (regulamento) – Decreto nº 4.449, de 30 de outubro de 2002. 1240	16.7	Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais – Decreto nº 8.764, de 10 de maio de 2016..... 1270
12.8	Regularização fundiária rural – Instrução normativa nº 104, de 29 de janeiro de 2021, do INCRA..... 1137	13.11	Novação de Dívidas e Fundo de Compensação de Variações Salariais - Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000. 1196	15.5	Cadastro Nacional de Bens Imóveis da União – Decreto nº 99.672, de 6 de novembro de 1990..... 1242	OUTRAS SERVENTIAS..... 1273	
12.9	Regularização fundiária de interesse social em imóveis da União – Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007..... 1143	13.12	Programa Casa Verde e Amarela - Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021..... 1203	15.6	Sistema Nacional de Cadastro Rural (procedimentos para atualização e formulários de coleta) – Instrução Normativa nº 26, de 28 de novembro de 2005, do INCRA..... 1243	1. Registro de Títulos e Documentos..... 1274	
12.10	Regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal (regulamento) – Decreto nº 7.341, de 22 de outubro de 2010..... 1148	14. Restrições à Propriedade..... 1210		15.7	Sistema Nacional de Cadastro Rural (atualização cadastral) – Instrução normativa nº 82, de 27 de março de 2015, do INCRA. 1244	1.1	Compra e Venda com Reserva de Domínio – Decreto-Lei nº 1.027, de 02 de janeiro de 1939..... 1274
12.11	Regularização fundiária das áreas rurais da Amazônia Legal (regulamento) – Decreto nº 10.592, de 24 de dezembro de 2020. 1152	14.1	Impenhorabilidade do Bem de Família – Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990..... 1210	15.8	Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR). - Instrução Normativa Conjunta nº 1.968, de 22 de julho de 2020, da RFB e do INCRA. 1247	1.2	Contratos de depósito (prazo) – Lei nº 2.313, de 3 de setembro de 1954..... 1274
12.12	Regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal (procedimento) – Portaria nº 1, de 21 de agosto de 2012, do MDA..... 1159	14.2	Subrogação de imóveis gravados ou inalienáveis – Decreto-Lei nº 6.777, de 8 de agosto de 1944..... 1211	15.9	Cadastro de Imóveis Rurais (Cafir) - Instrução Normativa nº 2008, de 18 de fevereiro de 2021, da RFB. 1248	1.3	Alienação fiduciária (procedimento) – Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969..... 1274
13. Financiamento Imobiliário e Habitacional.... 1162		14.3	Averbação pré-executória (Programa de Regularização Tributária Rural) – Lei nº 13.606 de 9 de janeiro de 2018..... 1211	15.10	Serviços automatizados de consulta aos dados do CCIR – Portaria nº 72, de 19 de janeiro de 2021, do INCRA..... 1255	1.4	Alienação fiduciária e arrendamento mercantil de veículos (facultatividade do registro) - Provimento nº 27, de 12 de dezembro de 2012, da CNJ. 1276
13.1	Sistema de Financiamento Imobiliário e Alienação fiduciária - Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997..... 1162	14.4	Averbação pré-executória (Programa de Regularização Tributária Rural) – Portaria nº 29 de 12 de janeiro de 2018 da PGFN..... 1220	16. Centrais eletrônicas..... 1256		1.5	Penhor sobre créditos garantidos por hipoteca ou penhor - Decreto nº 24.778, de 14 de julho de 1934..... 1277
13.2	Financiamento de Bens Imóveis – Lei nº 5.741, de 1 de dezembro de 1971..... 1168	14.5	Sequestro de Bens de Indiciados - Decreto-Lei nº 3.240, de 8 de Maio de 1941..... 1225	16.1	Implantação de Sistemas de Registro de Imóveis Eletrônico - S-REI (divulgação de estudos) - Recomendação nº 14 de 2 de julho de 2014, da Corregedoria Nacional de Justiça..... 1256	1.6	Arrendamento mercantil de veículo automotivo (leasing) - Lei nº 11.649, de 4 de abril de 2008..... 1277
13.3	Banco Nacional de Habitação (BNH) – Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964. 1169	14.6	Arrolamento de bens no processo administrativo de créditos tributários da União - Decreto nº 4.523, de 17 de dezembro de 2002..... 1226	16.2	Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI) – Provimento nº 89, de 18 de dezembro de 2019, da Corregedoria Nacional de Justiça..... 1256	2. Ofício de Registro de Distribuição..... 1278	
13.4	Construção Civil e Sistema Financeiro da Habitação – Lei nº 4.864 de 29 de novembro de 1965..... 1179	14.7	Gravames e ônus sobre ativos financeiros e valores mobiliários - Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017..... 1226	16.3	Agente Regulador do ONR (atuação da Corregedoria Nacional de Justiça) – Provimento nº 109, de 14 de outubro de 2020, da Corregedoria Nacional de Justiça..... 1261	2.1	Certidões expedidas pelos Ofícios do Registro de Distribuição e Distribuidores Judiciais – Lei nº 11.971, de 6 de julho de 2009..... 1278
13.5	Financiamento de Bens Imóveis – Lei nº 5.741, de 1 de dezembro de 1971..... 1183	14.8	Fraude contra credores – Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015..... 1228			3. Tabelionato e Ofício de Registro de Contratos Marítimos..... 1278	
		15. Cadastros Imobiliários..... 1229					

3.1	Tribunal marítimo – Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1954.....	1278
3.2	Tribunal marítimo (alteradora) – Lei nº 5.056, de 29 de junho de 1966.....	1289
3.3	Registro da propriedade marítima – Lei nº 7.652, de 3 de fevereiro de 1988.	1292
4.	Registro de Empresas 1295	
4.1	Registro Público de Empresas Mercantis – Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994.....	1295
4.2	Registro Público de Empresas Mercantis (regulamento) – Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996.....	1301
4.3	Registro de Empresas nas entidades fiscalizadoras – Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980.....	1313
4.4	Escrituração e livros mercantis – Decreto-lei nº 486, de 3 de março de 1969.....	1313
4.5	Escrituração e livros mercantis (regulamento) – Decreto nº 64.567, de 22 de maio de 1969... 1314	
4.6	Registro Público de Empresas (normas e diretrizes gerais) - Instrução Normativa nº 81, de 10 de junho de 2020, do DREI.....	1316
4.7	Chancela Mecânica para Autenticação de Títulos ou Certificados - Lei nº 5.589/1970	1332
4.8	Sociedades por quotas de responsabilidade limitada - Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919.....	1333
4.9	Assembleias e as reuniões de sociedades - Lei nº 14.030, de 28 de julho de 2020.....	1334
4.10	Cooperativas Sociais – Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999.....	1335
	ANEXO.....	1339
1.	Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal (STF).....	1340
2.	Súmulas do Supremo Tribunal Federal (STF).....	1341
3.	Súmulas do Superior Tribunal de Justiça (STJ).....	1359
4.	Jornadas de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal (CJF).....	1375
4.1	Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal.....	1375
4.2	Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal.....	1383
4.3	Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal.....	1389
4.4	Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal.....	1394
4.5	Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal.....	1401
4.6	Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal.....	1402
4.7	Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal.....	1404
5.	Enunciados das Jornadas de Direito Comercial.....	1406
5.1	Jornada de Direito Comercial do Conselho da Justiça Federal – CJF	1406
5.2	Jornada de Direito Comercial do Conselho da Justiça Federal – CJF	1408
5.3	Jornada de Direito Comercial do Conselho da Justiça Federal – CJF	1410
6.	Enunciados do Colégio Notarial do Brasil	1411
6.1	Enunciados do XIX Congresso Notarial Brasileiro do CNB/CF – Maio 2014	1411
6.2	Enunciados do XX Congresso Notarial Brasileiro Do CNB/Cff– Outubro 2015	1411
6.3	Enunciados do XXI Congresso Notarial Brasileiro Do CNB/CF – Outubro 2016.....	1412
6.4	Enunciados do XXII Congresso Notarial Brasileiro Do CNB/CF - Junho 2017	1412
6.5	Enunciados do XXIV Congresso Notarial Brasileiro Do CNB/CF– Agosto/2019.....	1412
7.	Orientações Sobre Práticas Notariais e de Registro da Escola Nacional de Direito Notarial e de Registros – Ennor.....	1413
7.1	Orientação sobre Notas	1413
7.2	Orientação sobre Registro Civil das Pessoas Naturais	1413
7.3	Orientação sobre Registro de Imóveis	1413
8.	Recomendações Para as Câmaras Nacionais e os Conselhos Nacionais dos Notariados Membros da União Internacional do Notariado – Uinl – Outubro 2016.....	1413
8.1	Tema 1: O Notário Como Terceiro de Confiança	1413
8.2	A Escritura Pública e a Digitalização dos Procedimentos: Direitos Técnicos e Jurídicos.....	1415
	ÍNDICE REMISSIVO	1419